

Programas de alfabetização de crianças no Brasil: um panorama de produções acadêmicas (2015-2020)

Children's initial reading instruction programs in Brazil: an overview of academic productions (2015-2020)

Islayne Barbosa de Sá Gonçalves*

Alexsandro da Silva**

RESUMO: Neste artigo, apresentamos um panorama nacional de produções científicas sobre programas destinados à alfabetização de crianças. Inspirados nos estudos “estado da arte”, discutimos, por meio de um olhar analítico, investigações publicadas no Brasil, no período de 2015 a 2020. Procuramos traçar um perfil desses estudos, focalizando os programas investigados, os eixos/focos de análise, bem como os que revelam acerca dos processos de implantação, de atuação e de impacto dessas políticas educacionais. Por meio da análise das pesquisas, evidenciamos que distintos programas de alfabetização de crianças foram foco de análise das produções brasileiras, com maior destaque para o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC (Brasil, 2012). Também foram diversos os eixos analíticos ao investigá-los, com predominância dos temas “práticas de ensino” e “formação continuada”. Constatamos, ainda, contribuições propiciadas pela implementação de programas, quando tais iniciativas aliavam a reflexão teórica à atividade profissional. Por outro lado, também se observou a necessidade de maiores reflexões sobre políticas educacionais que visavam mudanças nas práticas de alfabetização, por meio da introdução de rotinas rígidas e atividades pré-determinadas.

PALAVRAS-CHAVE: Programas de alfabetização. Produções acadêmicas. Alfabetização.

ABSTRACT: In this article, we present a national overview of scientific production on programs aimed at children's initial reading instruction. Inspired by “state of the art” studies, we take an analytical look at research published in Brazil between 2015 and 2020. We sought to outline a profile of these studies, focusing on the programs investigated, the axes/foci of analysis, as well as what they reveal about the processes of implementation, performance and impact of these educational policies. Through the analysis of the researches, we found that different initial reading instruction programs for children were the focus of analysis in Brazilian productions, most notably the Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC (Brazil, 2012). There were also various analytical axes when investigating them, with a predominance of the themes “teaching practices” and “continuing education”. We also noted contributions made possible by the implementation of programs, when such initiatives combined theoretical reflection with professional activity. On the other hand, there was also a need for further reflection on educational policies aimed at changing initial reading instruction practices through the introduction of rigid routines and pre-determined activities.

KEYWORDS: Initial reading instruction programs; Academic productions; Initial reading instruction.

1 Introdução

* Doutoranda e Mestre em Educação Contemporânea pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/CAA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9558-2450>. E-mail: islayne.barbosa@ufpe.br.

** Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Professor do Núcleo de Formação Docente do Centro Acadêmico do Agreste da UFPE, onde atua no curso de graduação em Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1943-8227>. E-mail: alexsandro.silva2@ufpe.br.

A alfabetização estabeleceu-se, no Brasil, como um campo de estudo e de pesquisa, a partir das últimas décadas do século XIX, impulsionado, sobretudo, pela busca de respostas às urgências sociais e políticas, “as quais demandavam/demandam da escola brasileira eficiência na alfabetização de crianças” (Mortatti, 2014, p.140). Ao longo dessa trajetória, a alfabetização foi analisada e discutida a partir de diferentes abordagens, em distintas áreas de conhecimento, como Psicologia, Linguística, Psicolinguística e Educação.

É o que observaram Soares e Maciel (2000), no Relatório “Alfabetização: estado do conhecimento”, ao analisarem as teses e as dissertações produzidas em nosso país entre as décadas de 1965 a 1989. Segundo as autoras, inicialmente, as temáticas das investigações voltavam-se às questões relacionadas aos processos psicológicos envolvidos na aprendizagem da leitura e da escrita e aos elementos pedagógicos (“prontidão para alfabetização”). Porém, à medida que se compreendia a complexidade da alfabetização, as temáticas das pesquisas diversificaram-se, contemplando aspectos como a caracterização do alfabetizador, a concepção de alfabetização, as dificuldades de aprendizagem, as propostas didáticas dos determinantes de sucesso/fracasso na alfabetização e na formação docente. Esses estudos ampliaram-se a partir da década de 1980, em função da expansão da pós-graduação no Brasil e, sobretudo, pela mudança de paradigma na alfabetização de crianças que se observou nesse período histórico.

Até meados de 1980, os debates sobre a alfabetização estavam circunscritos quase que exclusivamente aos métodos de ensino. Contudo, a partir dessa década, as investigações acerca da psicogênese da escrita e do letramento impulsionaram uma revisão conceitual da alfabetização, colocando sob suspeição os métodos de ensino historicamente utilizados para alfabetizar e “evidenciando o processo pelo qual a criança se apropria da escrita, a natureza linguística do objeto de aprendizagem na alfabetização e as implicações desse processo em relação ao material didático e à formação do alfabetizador” (Vieira; Guarnieri, 2010, p. 20).

As críticas aos métodos tradicionalmente adotados na alfabetização (sintéticos e analíticos) demonstraram, apesar das aparentes diferenças, o caráter homogêneo deles, centrado em uma visão adultocêntrica da aprendizagem. A partir de tais críticas, deslocamentos foram possíveis, sobretudo pela ampliação da produção científica a respeito da alfabetização e de novas propostas didáticas, o que pode ser observado no Brasil e em diversos países, permitindo a discussão desse processo por meio de diferentes olhares, realidades e perspectivas, com implicações nas mudanças dos sentidos do trabalho alfabetizador.

Dessa forma, a diversidade de tematizações em que se inserem as produções científicas sobre o tema permitiu/permite, por diferentes ângulos, uma multiplicidade de análises sobre a alfabetização, seus fundamentos, princípios, práticas, o que nos lembra, como indica Soares

(2014), a importância da articulação dos diferentes campos científicos para a compreensão do processo de alfabetização. De acordo com essa autora, se, por um lado, para a compreensão desse fenômeno educativo é necessária a fragmentação dos diversos campos do saber (psicológico, pedagógico, sociológico etc.), por outro, é imperioso, sobretudo no campo das práticas, a integração desses conhecimentos, reconstituindo esse processo educacional em seu todo.

As discussões sobre a alfabetização não possibilitaram apenas mudanças conceituais no espaço acadêmico, pois também influenciaram diretamente a elaboração e a implementação de políticas educacionais voltadas aos anos iniciais do Ensino Fundamental, impulsionadas, também, pelo persistente fracasso nessa etapa de escolarização (Mortatti, 2014). Dessa maneira, por intermédio de diferentes ações (formação continuada, métodos e propostas didáticas), buscaram operar mudanças nos processos de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita. Com esse viés, podemos citar, por exemplo, políticas educacionais instituídas nacionalmente, como o Programa de Formação de Professores Alfabetizadores – PROFA (Brasil, 2001), o Pró-letramento (Brasil, 2005), o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC (Brasil, 2012), o Tempo de Aprender (Brasil, 2020)¹, vinculado à Política Nacional de Alfabetização (PNA), que apresentava uma proposta de alfabetização pautada no antigo método fônico, e, mais recentemente, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Brasil, 2023). Além desses, é possível observar iniciativas estaduais, como o Pacto pela Alfabetização na Idade Certa (Ceará, 2007), no Ceará, o Programa Ler e Escrever (São Paulo, 2007), em São Paulo, o Pacto pela Educação, na Bahia (Bahia, 2011) e o Criança Alfabetizada (Pernambuco, 2019), implementado em Pernambuco.

Na análise das produções científicas no Brasil, como evidenciado pelas pesquisas de Soares e Maciel (2000), Guimarães (2011) e Ribeiro (2011), observa-se que as temáticas relacionadas à análise de políticas de alfabetização mapeadas por esses estudos estiveram pouco representadas. Sobre essa questão, Maciel (2014) explica que a brevidade que caracteriza o desenvolvimento de tais iniciativas apresenta-se como uma dificuldade, para os pesquisadores, em realizar uma avaliação acerca dos seus efeitos. Mesmo com esse desafio, a autora observa que há um crescimento da produção acadêmica sobre o impacto dessas iniciativas

¹ O Programa Tempo de Aprender, vinculado à Política Nacional de Alfabetização, não foi incluído em nossas análises, pois não encontramos estudos nas bases de dados consultadas. Essa situação deve-se ao fato de o ano de implementação do Programa coincidir com o recorte temporal delimitado nesta pesquisa, o que explica a ausência de investigações publicadas sobre o Tempo de Aprender.

governamentais no processo de alfabetização, sobretudo com o incentivo e com a instituição de cursos de formação continuada e de aperfeiçoamento para professores alfabetizadores.

Inserindo-nos nesse contexto, buscamos contribuir com o conhecimento acerca das pesquisas e dos estudos científicos que investigaram programas voltados à alfabetização de crianças, no Brasil. Por meio de investigações que têm sido desenvolvidas sobre essa temática, poderemos estabelecer um panorama desses estudos no país, em determinado recorte temporal. Partindo dessa perspectiva e inspirados nos estudos que se caracterizam como “estado da arte” (Romanowski; Ens, 2006), apresentamos, neste artigo, um mapeamento realizado em diferentes plataformas digitais, contemplando teses, dissertações e artigos científicos que analisaram programas destinados à alfabetização.

2 Programas de alfabetização no Brasil: o que revelam as produções científicas?

O material examinado é composto de teses e de dissertações produzidas em programas de pós-graduação em educação e de trabalhos completos publicados em eventos científicos dessa mesma área. Essas pesquisas foram obtidas por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e dos anais das reuniões promovidas pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) – nacionais e regionais – e do Congresso Brasileiro de Alfabetização (CONBAlf). Essas bases foram escolhidas em função da representatividade que possuem no espaço acadêmico e na área de concentração do estudo. Com esse inventário, foi possível visualizar estudos desenvolvidos no território nacional e, além disso, permitiu identificar o perfil das pesquisas e da produção científica sobre programas educacionais destinados à alfabetização de crianças.

Além da escolha das bases de dados, estabelecemos outras estratégias para a busca dos trabalhos, que se referem à definição dos descritores, à fixação do período e à leitura dos resumos (Romanowski; Ens, 2006). Todas essas estratégias foram importantes, porque permitiram o acesso, a identificação e o mapeamento dos estudos. Assim, quanto aos descritores, realizamos a pesquisa usando os termos “políticas”, “programas” e “alfabetização”, na BD TD. Na ANPEd, a busca foi desenvolvida no GT 10 - Alfabetização, Leitura e Escrita e, no CONBAlf, consideramos todos os GTs. Nessa análise, consideramos o título da dissertação/tese/artigo e os seus resumos. Com isso, foi possível refinar o levantamento e atingir

apenas os trabalhos que se relacionavam com a temática de interesse. No que se refere ao período, consideramos as produções acadêmicas desenvolvidas nos anos de 2015 a 2020².

Em um primeiro momento, alcançamos um total de 284 trabalhos na BDTD. Com a busca na ANPED, obtivemos 10 artigos e, no CONBALf, 39 trabalhos, totalizando 333 pesquisas nas plataformas examinadas. Isso parece demonstrar um significativo interesse por parte dos pesquisadores brasileiros em analisar programas voltados à alfabetização. Diante desse quantitativo, estabelecemos alguns critérios de exclusão, de modo a obter e priorizar apenas as dissertações/teses/artigos que analisassem programas de alfabetização de crianças. Assim, excluímos: 1) as pesquisas repetidas, seja em uma mesma base³ ou entre as bases de dados⁴; 2) os trabalhos publicados em programas de pós-graduação que não pertenciam à área de educação⁵; e 3) os estudos que surgiram no levantamento, mas não se relacionavam com a temática de interesse⁶. Dessa seleção, obtivemos um total de 137 investigações, como evidencia o Quadro 1.

Quadro 1 – Pesquisas sobre programas de alfabetização selecionadas na BDTD, nos anais da ANPED e do CONBALf (2015-2020)

Base de dados	Quantitativo	Critérios de exclusão				Trabalhos selecionados
		Estudos repetidos na mesma base	Estudos repetidos entre as bases	Estudos que não tratam do tema	Estudos de programas de pós-graduação que não pertencem à área de educação	
BDTD	284	03	----	153	29	99
ANPED	10	----	01	----	----	08
CONBALf	39	----	09	----	----	30

² Consideramos como marco temporal o período de 2015 a 2020, porque é, sobretudo, a partir do ano de 2015 que as investigações a respeito da implementação de programas de alfabetização se intensificam e surgem de forma mais evidente nas bases de dados pesquisadas.

³Houve a ocorrência de uma mesma pesquisa surgir duas vezes, o que aconteceu apenas na BDTD.

⁴ Houve a ocorrência de artigos dos anais da ANPED e do CONBALf que resultaram de estudos mais amplos desenvolvidos no âmbito de programas de pós-graduação. Assim, um mesmo estudo foi encontrado na forma de tese/dissertação e sinteticamente como artigo. Para evitar a repetição de trabalhos, optamos por excluir os artigos e manter as teses/dissertações que apresentam a descrição e a discussão dos resultados de forma detalhada.

⁵ Optamos por excluí-los por duas razões: 1) a quantidade foi pouco representativa, constituindo apenas 9% do total das pesquisas encontradas; 2) esses estudos surgiram em apenas uma das bases de dados, a BDTD. As áreas dessas pesquisas foram: Linguística, Ensino de Ciências e Matemática, Políticas Públicas e Gestão Educacional.

⁶ São pesquisas que tratam de temas como Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial ou analisam outras políticas educacionais (Parâmetros Curriculares Nacionais, Programa Nacional do Livro Didático, Avaliação Nacional da Alfabetização) e não tratam especificamente de programas voltados à alfabetização de crianças.

TOTAL	333	03	10	153	29	137
--------------	-----	----	----	-----	----	------------

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

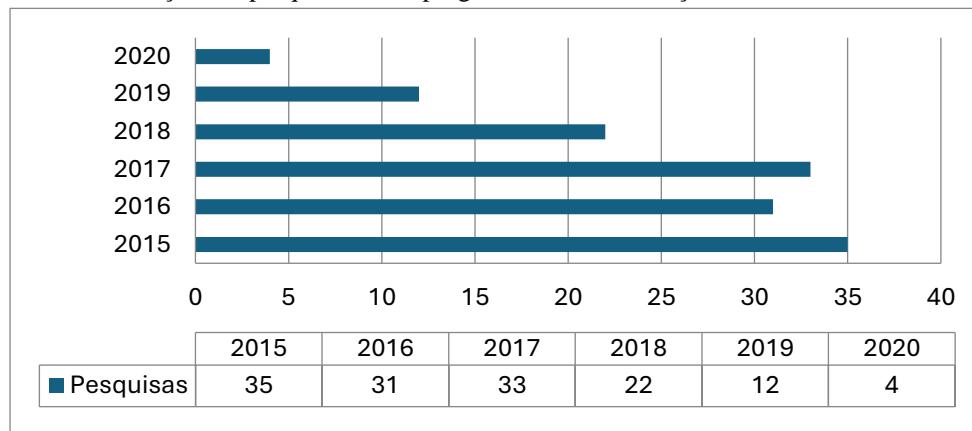
As investigações selecionadas discutem, por meio de diferentes perspectivas, a implementação de programas destinados à alfabetização de crianças e evidenciam importantes conhecimentos a respeito do seu funcionamento no interior das escolas. Considerando isso, buscamos desenvolver nossas análises tendo em vista os seguintes questionamentos: quais programas foram pesquisados? Quais os objetos de análise eleitos ao investigar essas políticas educacionais? O que dizem os resultados a respeito da atuação de programas no processo de alfabetização? Ante o exposto, apresentamos, em um primeiro momento, uma visão geral das pesquisas mapeadas, traçando o seu perfil. Em um segundo momento, discutimos quais foram os programas analisados e quais os temas/eixos de análise escolhidos nas pesquisas. Por fim, refletimos acerca dos resultados de alguns estudos quanto às repercussões da atuação de programas na alfabetização de crianças.

A) As pesquisas produzidas entre 2015 e 2020: uma visão geral

Como mencionado anteriormente, com a busca nos bancos de dados da BDTD, ANPED e CONBALf, obtivemos um total de 137 pesquisas. Desse quantitativo, a maior parte é composta de dissertações de mestrado, com 87 trabalhos. As demais estão distribuídas em 22 teses e 38 trabalhos publicados em anais de evento. Esse levantamento permitiu reunir um conjunto de informações, possibilitando estabelecer um panorama dessas investigações no Brasil. Além de viabilizar o conhecimento de pesquisas que tratam da temática, permitiu também compreender a abrangência da atuação de programas voltados à alfabetização de crianças.

Com o mapeamento das pesquisas, foi possível perceber um dado importante a respeito da evolução e da distribuição dos estudos no período fixado. Na análise, observamos que houve uma concentração maior nos anos de 2015, 2016 e 2017. No entanto, apesar de nos anos seguintes (2018 a 2020) ocorrer um decréscimo nas pesquisas, ainda é significativa a quantidade de investigações que tem como objeto de análise programas de alfabetização, como pode ser visualizado na Figura 1.

Figura 1 – Distribuição das pesquisas sobre programas de alfabetização entre os anos de 2015 e 2020



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os dados evidenciados na Figura 1 relacionam-se, sobretudo, com um maior crescimento de políticas educacionais voltadas ao ciclo de alfabetização. Menarbini e Gomes (2019) destacam que a implementação da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica⁷, por exemplo, contribuiu, sobremaneira, para o surgimento de diferentes programas de formação continuada em todo Brasil. Contudo, as autoras lembram que as políticas públicas para a formação continuada de professores alfabetizadores vêm sendo implementadas desde o ano 2000 e, nesse contexto, observa-se a instituição do Programa de Formação de Professores Alfabetizadores - PROFA (Brasil, 2001), do Pró-letramento (Brasil, 2005) e do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC (Brasil, 2012). Mortatti (2014), também, acrescenta que os baixos índices em leitura e em escrita, evidenciados pelas avaliações nacionais e/ou estaduais, têm revelado um cenário ainda desafiador nessa etapa escolar. Para essa autora, a combinação desses fatores reflete diretamente no surgimento de programas voltados à alfabetização.

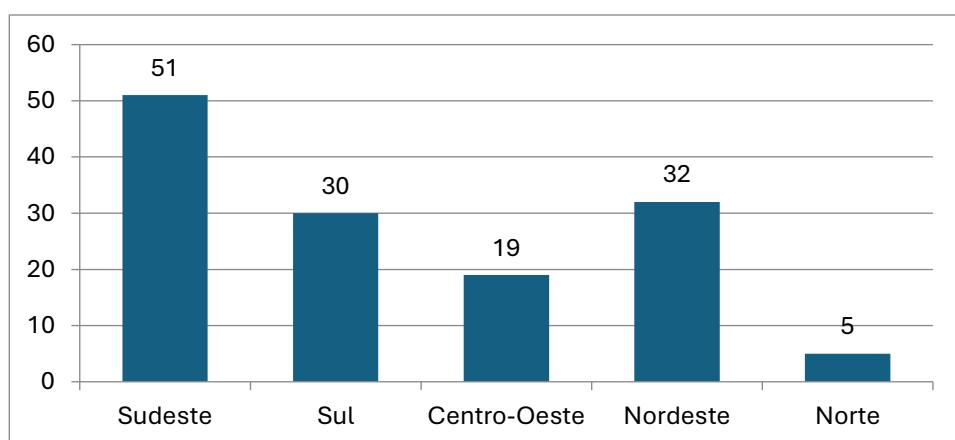
Um fator que pode ter influenciado a predominância das pesquisas entre os anos de 2015 e 2017 parece estar associado à implantação de políticas de abrangência nacional. O PNAIC (Brasil, 2012), por exemplo, um programa voltado à formação continuada do alfabetizador, desenvolvido entre os anos 2012 e 2018, pelo Ministério da Educação, teve grande repercussão no cenário educacional brasileiro. Como se observou anteriormente, o período de maior incidência dos estudos coincide com o período de vigência desse Programa. Também, como se verá na próxima seção, esse Programa constituiu a política educacional de maior destaque nas produções analisadas. Assim, uma razão para o maior interesse pela análise de programas

⁷ Instituída em 2009 e reformulada em 2016, essa política pública propõe formações para os profissionais da Educação Básica em parceira com Estados, Municípios e Universidades (Menarbini; Gomes, 2019).

voltados à alfabetização, nesse período, pode estar vinculada à implantação de políticas que tiveram maior repercussão nacionalmente, como o PNAIC (Brasil, 2012).

Além de caracterizar as pesquisas quanto ao período em que foram desenvolvidas, é importante mapear também as regiões brasileiras onde esses estudos foram desenvolvidos.

Figura 2 – Distribuição das pesquisas sobre programas de alfabetização por região do país entre os anos de 2015 e 2020



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Com os dados da Figura 2, é possível perceber que grande parte das investigações foram desenvolvidas na região Sudeste, que concentrou a maioria dos estudos mapeados: 51 trabalhos do total (38%). Esse elemento é também evidenciado por outros autores (Soares, Maciel, 2000; Ribeiro, 2011; Mortatti, Oliveira, Pasquim, 2014). Mortatti, Oliveira e Pasquim (2014), ao analisarem as produções científicas no campo da alfabetização, no período de 1960 a 2010, a partir dos trabalhos de Soares e Maciel (2000), Maciel (2014), Mortatti (2010, 2013, 2014) e do Banco de Teses da Capes, perceberam que a maioria das teses e das dissertações se concentrava no Sudeste. Para esses autores, a maior incidência de estudos nessa região estaria ligada à maior quantidade de instituições de ensino superior nela e, consequentemente, da maior parte dos cursos de pós-graduação *strictu sensu* do Brasil situarem-se nesse espaço geográfico.

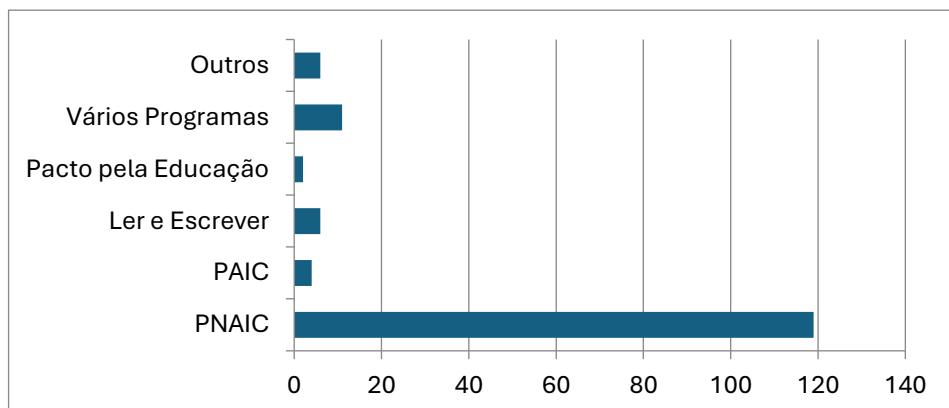
Sobre esse desequilíbrio, Ramalho e Madeira (2005) explicam que a região Sudeste foi, historicamente, constituindo-se como o principal centro político-econômico do país, o que impulsionou um grande desenvolvimento da produção científica nessa região. Contudo, essa realidade vem se alterando paulatinamente, principalmente a partir da inserção das políticas públicas de expansão e interiorização do ensino superior. Isso trouxe importantes avanços para o crescimento e desenvolvimento da pesquisa, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste do país.

Apesar de a região Sudeste concentrar a maior quantidade de estudos sobre a temática, como evidenciado pela Figura 2, destaca-se, também, a região Nordeste, que abrangeu 32 das pesquisas analisadas (24%), seguida das regiões Sul, com 30 produções (22%), e Centro-Oeste, com 19 pesquisas (13%). Já a região Norte do país contabilizou apenas 5 pesquisas (3%). Esses dados evidenciam importantes informações sobre a distribuição dessas investigações em todo país, revelando as assimetrias ainda existentes.

B) Os programas mais pesquisados

Em nosso mapeamento, diversos programas nacionais e estaduais apresentaram-se como foco de análise das pesquisas, tais como PNAIC, PAIC, Pró-letramento, Se Liga⁸, Pacto pela Educação, Programa Ler e Escrever, Alfabetização no Tempo Certo, Trilhas e o Programa Alfabetizar com Sucesso. Ressaltamos que alguns trabalhos investigaram mais de um programa, como a atuação do PNAIC e do Alfa e Beto na sala de aula. A Figura 3, além de apresentar os programas analisados nessas pesquisas, também evidencia aqueles que tiveram maior ressonância nos trabalhos mapeados.

Figura 3 – Distribuição das pesquisas por programas de alfabetização entre os anos de 2015 e 2020



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Notadamente, o PNAIC destaca-se nas pesquisas analisadas, ocupando 87% delas (119 trabalhos). Como vimos anteriormente, o PNAIC foi uma política nacional implementada no Brasil, que objetivava assegurar a alfabetização de todas as crianças até os 08 anos de idade. Por meio de um pacto interfederativo, ações foram mobilizadas com apoio das secretarias

⁸ Esse programa não é especificamente voltado à etapa de alfabetização de crianças. É um programa de correção de fluxo, mas a sua presença se justifica, porque a pesquisa que o focaliza analisa os seus materiais voltados ao ensino da leitura e da escrita. Dessa forma, optamos por mantê-lo.

estaduais/municipais e Universidades junto aos professores alfabetizadores. O PNAIC foi um programa de abrangência nacional, contemplando todos os estados brasileiros, o que constitui uma razão para a sua presença substancial nos estudos mapeados. Além da formação continuada promovida por esse Programa, as investigações discutiram o PNAIC sob outros pontos de vista, tais como o papel dos orientadores de estudos e formadores, o material didático utilizado e, também, a análise do trabalho com outros campos de conhecimento (matemática, ciências) nas salas de aula.

O Programa Ler e Escrever, que ocupou 4% das pesquisas (06 trabalhos), é uma iniciativa do governo do estado de São Paulo, instituída em 2007, com o objetivo de propiciar melhoria nas habilidades de leitura e de escrita. As pesquisas analisaram o Programa a partir de diferentes dimensões. Os trabalhos de Meyer (2016) e Costa (2016) discutiram a sua proposta teórico-metodológica para o trabalho com linguagem. Além de analisar os materiais utilizados por professores e alunos, Trevelin (2016) e Gimenes (2017) abordaram também a repercussão dessa política no fazer docente. Já a pesquisa de Cores (2015) examinou a implantação do Ler e Escrever no conjunto das políticas educacionais voltadas à alfabetização no Estado. Já a investigação de Miguel (2016) contemplou o estado da arte, em teses e dissertações defendidas entre 2010 e 2016, sobre o Programa.

Já no Estado do Ceará, outro programa voltado à alfabetização é o PAIC, que totalizou 3% das investigações (04 trabalhos). Esse Programa vem, desde o ano de 2004, desenvolvendo ações, de modo a contribuir com as aprendizagens das crianças. A pesquisa de Lopes (2015) analisa os reflexos da proposta teórico-metodológica do Programa na atuação do professor alfabetizador e nas aprendizagens das crianças. Já o trabalho de Maia (2016) examina a introdução do PAIC no rol das políticas de responsabilização e da gestão por resultados. Costa (2018), por sua vez, investiga as concepções de linguagem e de alfabetização que ancoram o referido Programa, enquanto Anjos e Mata (2017) discutem a proposta formativa do PAIC para os docentes que exercem a função de formadores. Apesar de ser uma política estadual, o PAIC ficou bastante conhecido nacionalmente por ter sido o mote para a formulação do PNAIC, que, no entanto, difere substancialmente do programa cearense.

O Programa Pacto pela Educação (PPE) é uma iniciativa do governo baiano, implementado desde 2012, em parceria com os seus municípios. Esse Programa, que foi foco de análise em 2% das pesquisas (02 trabalhos), integra um conjunto de compromissos (Compromisso Todos pela Educação) e objetiva alfabetizar todas as crianças até os 08 anos de idade. Essa iniciativa foi inspirada na experiência do PAIC do estado cearense, tendo como proposta pedagógica a alfabetização em uma perspectiva de letramento e ancorando-se também

na teoria da psicogênese da escrita. Os dois trabalhos discutem a implementação do Programa sob diferentes perspectivas. A pesquisa de Miranda (2016) investiga o processo de implantação dessa política educacional no estado, tendo em vista o regime de colaboração entre Governo estadual e os municípios. Já a pesquisa de Pereira (2015) discute essa proposta pedagógica para os anos iniciais do Ensino Fundamental, sob a perspectiva de Michel Foucault.

Na leitura das pesquisas, percebemos que um quantitativo de trabalhos englobou vários programas em suas análises, perfazendo um total de 8% (11 estudos). De maneira geral, essas investigações buscaram discutir a respeito da presença e da influência de diferentes pressupostos teóricos-metodológicos no processo de alfabetização. Em uma perspectiva comparativa, ressaltam-se os trabalhos de Cabral (2015) e Guedes e Bunzen (2015), que analisaram o PNAIC e o Pró-letramento. Já Moraes (2015), Sousa, Nogueira e Melim (2015) e Sousa, Ribeiro e Nogueira (2015) discutiram o PNAIC e o Alfa e Beto. Já o trabalho de Melo (2015) investigou o PROFA, o PNAIC e o Pró-letramento, enquanto o estudo de Guimarães (2017) abordou o PNAIC e o Ler e Escrever.

Do ponto de vista histórico, destacam-se a pesquisa de Silva (2017), que analisa o percurso das políticas educacionais no estado de São Paulo, no período de 1996 a 2012, e o trabalho de Souza e Rocha (2019), que discorre acerca das concepções de alfabetização presentes nos programas de formação continuada do governo federal, entre os anos de 1996 e 2019. Nesse artigo, as autoras analisam os Parâmetros Curriculares Nacionais, o PROFA e o PNAIC. Por fim, dois trabalhos (Souza, 2015; Soares, 2017) analisaram o incentivo à formação de leitores por meio da distribuição de obras literárias do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e do PNAIC. Observa-se que, apesar dessas pesquisas abordarem outros programas, o PNAIC foi o que se sobressaiu em todas elas.

Por fim, os trabalhos categorizados em “outros” representaram 4% do total (06 trabalhos) e constituem os estudos que apresentaram apenas uma pesquisa enfocando determinado programa. Assim, nesses trabalhos, os programas analisados foram o Pró-letramento (Antunes, 2015), Se liga (Pinto; Albuquerque, 2019), Programa Alfa e Beto (Soares, 2020), Alfabetização no Tempo Certo (Rocha, 2016), Trilhas (Slemenson, 2016) e Alfabetizar com Sucesso (Filho, 2015). Com exceção do Pró-letramento, os demais programas constituem iniciativas políticas estaduais e/ou municipais. O Pró-letramento foi um programa implementado pelo MEC, direcionado à formação do professor alfabetizador, lançado no ano 2005, objetivando promover melhorias na qualidade das aprendizagens da leitura e da escrita de crianças em processo de alfabetização. Embora seja um programa nacional, nesse

mapeamento encontramos apenas a pesquisa de Antunes (2015), desenvolvida no âmbito da pós-graduação. Esse autor buscou compreender os conceitos de alfabetização e de letramento presentes nos documentos curriculares e nas propostas de avaliação do Programa Pró-letramento, apoiada na perspectiva bakhtiniana.

O Programa Se liga foi analisado por Pinto e Albuquerque (2019). Trata-se de um programa não governamental de correção de fluxo pertencente ao Instituto Ayrton Senna. Esse instituto engloba outros programas e está presente em diversos estados e municípios brasileiros⁹. O Se Liga “possui uma metodologia própria que envolve o uso de livros didáticos elaborados para ajudar na alfabetização dos alunos atendidos pelo programa” (Pinto; Albuquerque, 2019, p.615). No artigo, as autoras, investigaram as concepções que ancoram o livro didático proposto pelo Programa para o ensino da leitura e da escrita. Ainda sobre a análise de materiais pedagógicos, destaca-se a pesquisa de Slemenson (2016), que analisou o projeto Trilhas. O Trilhas é uma plataforma digital, credenciada pelo instituto Natura, que contempla cursos EAD voltados à formação continuada de professores que atuam na Educação Infantil e no ciclo de alfabetização, buscando contribuir para o aperfeiçoamento e aprimoramento profissional desses docentes (Trilhas, 2019)¹⁰. Assim, o autor buscou compreender a proposta formativa desse projeto, por meio da análise dos materiais disponibilizados nos cursos online oferecidos pela proposta.

A pesquisa de Soares (2020) analisa a repercussão do Programa Alfa e Beto na sala de aula. Assim como o Se Liga, o Instituto Alfa e Beto é uma organização não governamental que objetiva auxiliar no processo de alfabetização, por meio da comercialização de soluções pedagógicas, como o uso de materiais didáticos. Com um plano pedagógico rígido, esse Programa prevê um conjunto de intervenções no ensino/aprendizagem pautadas no método fônico. Apesar do engessamento dessa proposta pedagógica, a investigação de Soares (2020) apontou a fabricação de modificações e adaptações nas orientações prescritas por esse Programa nas práticas de ensino, revelando, “uma expertise profissional por parte da docente que ajustava as orientações que tinham acesso” (Soares, 2020, p. 4).

O Programa Alfabetização no Tempo Certo, implementado no estado de Minas Gerais, em 2008, em parceria com o Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale/UFMG), foi analisado por Rocha (2016). Pautado em uma perspectiva de alfabetizar e letrar, essa política

⁹ O Instituto, que está presente em 15 estados brasileiros, atendendo a um total de 455 municípios, contempla programas como “Acelera Brasil”, “Circuito Campeão”, “Gestão nota 10 – Anos Iniciais”, “Letramento em Programação” e “Gestão de Política de Alfabetização”.

¹⁰ Informações retiradas do portal <https://www.portaltrilhas.org.br/inicio>.

estadual visava a garantir aos estudantes o sucesso nas aprendizagens da leitura e da escrita. Para isso, estimula a criação de um plano de estratégias com foco no trabalho do alfabetizador, desenvolvido em cada escola pelos diretores, coordenadores, professores e pais. No trabalho de Rocha (2016), a autora avalia o impacto dessa política pública para a elevação do nível de proficiência dos alunos de turmas do 3º ao 5º anos do Ensino Fundamental.

Por fim, a pesquisa de Filho (2015) discutiu o Programa Alfabetizar com Sucesso¹¹, desenvolvido no estado de Pernambuco desde 2004, gerenciado pelo Instituto Ayrton Senna. Esse Programa estrutura-se a partir de três eixos: 1) político – responsável pela adesão dos municípios e monitoramento dos resultados; 2) pedagógico – envolve o acompanhamento das práticas de ensino, organizando e mobilizando ações com foco nas salas de aula (organização em ciclos; formação continuada do professor e dos coordenadores do programa, proposta curricular, material didático e visitas pedagógicas); e 3) gerencial, que compõe um sistema eletrônico alimentado pelos professores e coordenadores sobre o andamento dos processos de ensino e aprendizagem. Assim, Filho (2015) discute esse Programa a partir de uma análise conjuntural e histórica das políticas educacionais para a alfabetização no estado, atentando para o Programa Alfabetizar com Sucesso.

Como se pode notar, diversos programas voltados à alfabetização foram objeto de análise das investigações. Também foram diversos os olhares dos pesquisadores ao discutir a atuação dessas políticas educacionais, pautando-se em diferentes questões, por exemplo, o uso do material/acervo pedagógico, as concepções, a formação continuada etc. Assim, considerando a relevância de compreender quais foram os temas/eixos apreciados nas pesquisas mapeadas, buscamos discuti-los mais detalhadamente no próximo tópico.

C) Os temas/eixos de análise privilegiados nas pesquisas

O mapeamento das pesquisas permitiu agrupá-las de acordo com os temas mais investigados. Para realizar esse agrupamento, pautamo-nos nos princípios da “recorrência e individualidade”, apontados por Romanovsky e Ens (2006). Nesse sentido, constituíram-se como tema/eixo os tópicos que surgiram com maior frequência e caracterizaram-se por sua individualidade e autonomia com relação aos demais. Para ter esse estatuto, o tema/eixo deveria ser constituído por, pelo menos, dois trabalhos. No entanto, é importante reconhecer que essa linha de divisão é tênue, pois as investigações, por vezes, aportavam, no decorrer da

¹¹ É importante ressaltar que o Programa ainda está em vigência em alguns municípios pernambucanos. Belo Jardim, São José do Egito, São Lourenço da Mata, Altinho, Agrestina e Ibirajuba são alguns exemplos das cidades que mantinham esse Programa até o final de 2019.

dissertação/tese/artigo, discussões a respeito de documentos e de materiais pedagógicos e, ao mesmo tempo, sobre as repercussões nas práticas de ensino, por exemplo¹². Para agruparmos tais pesquisas, tomamos como parâmetro o objetivo geral do trabalho.

Apesar de a maior parte dos programas implementados pautar-se na formação docente como estratégia para promover mudanças no processo de aprendizagem da leitura e da escrita, as pesquisas mapeadas apresentaram discussões e análises desses programas sob diferentes enfoques, tal como evidenciado no Quadro 2.

Quadro 2 – Distribuição das pesquisas sobre programas de alfabetização por temas/eixos

TEMAS/EIXOS	Nº	%
Práticas de Ensino	37	27%
Formação Continuada	30	23%
Concepções	18	13%
Implementação e Gestão	16	11%
Uso de Livros/ Acervos didáticos	08	6%
Ensino de outras Disciplinas Escolares¹³	08	6%
Gestão do Processo Alfabetizador	07	5%
Aprendizagem	03	2%
Curriculum e Reformulação Curricular	02	1%
Avaliação	02	1%
O Lugar da Literatura	02	1%
Outros	04	3%
Total	137	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

O Quadro 2 evidencia uma pluralidade de temas ao abordar programas de alfabetização de crianças. Essa diversificação torna-se necessária para que possamos compreender o funcionamento e a atuação dessas políticas educacionais a partir de diferentes ângulos. Analisando as investigações, percebe-se que a maior parte dos temas equivale às duas primeiras categorias (práticas de ensino e formação continuada), ocupando, juntas, cerca de 50% das produções. Pode-se inferir que isso ocorre porque uma parte dos programas objetiva, por meio da dimensão formativa do professor alfabetizador, operar mudanças nas práticas de ensino e,

¹² Algumas investigações, além de desenvolverem análises sobre a repercução de programas na alfabetização de crianças, trouxeram também considerações a respeito dos materiais e documentos que os fundamentavam, como se observa na pesquisa de Barbosa (2017), que, apesar de ter tido como objetivo principal investigar as mudanças ocorridas nas práticas de ensino a partir da inserção do PNAIC, considerou, também, a análise dos cadernos de orientação desse Programa. Desse modo, optamos por agrupar as investigações de acordo com o seu objetivo principal.

¹³ As pesquisas desse grupo discutem, principalmente, o impacto da implementação de programas para o trabalho com os diferentes componentes curriculares, como matemática, ciências, geografia e história.

consequentemente, nas aprendizagens das crianças. Ou, também, porque essas dimensões compõem as principais diretrizes de implementação dos programas nas salas de aula.

Os trabalhos que discutem a relação de programas de alfabetização com as **práticas de ensino** foi, como mostra o Quadro 2, o tema de maior frequência, totalizando 27% das produções. Esse grupo reuniu as investigações que analisaram as repercussões/contribuições dos programas com relação ao trabalho do alfabetizador, assim como modificações e limitações impostas por eles a esse fazer profissional. Essas pesquisas apontaram aspectos importantes acerca da implementação de programas nas salas de aula, tais como: 1) a importância de refletir acerca das próprias práticas de ensino e da aprendizagem dos alunos, como a investigação de Korn (2016); 2) a inserção de inovações no fazer docente, por meio da introdução de novos elementos didáticos, evidenciado por Boscolo (2016), Cabral (2015) e Eleutério (2016), proporcionando transformações nas práticas de ensino, como demonstram os trabalhos de Giardini (2016), Guisso (2017), Lucca (2018) e Barbosa (2017). Por outro lado, revelaram limitações dos programas quanto à: 1) descontinuidade das políticas públicas, destacada na pesquisa de Assis (2016); 2) maior responsabilização, para os professores, dos resultados educacionais, evidenciado no trabalho de Correa (2019); 3) diminuição da autonomia docente, demonstrado pela pesquisa de Ferreira (2019) e Gimenes (2017), destacando a necessidade de participação dos professores no processo de elaboração das políticas públicas, como expresso pela investigação de Lopes (2015).

O segundo tema/eixo de maior incidência nas pesquisas refere-se à **Formação Continuada** do alfabetizador, que aparece em 23% dos trabalhos. Nesse grupo, ganham proeminência as pesquisas que refletem acerca do papel da formação oferecida por programas educacionais para a construção da identidade docente, aprimoramento profissional e protagonismo, representadas pelas pesquisas de Montezuma (2016), Souza (2019), Santos e Santos (2017), Ferrarini e Martins (2017), Micossi (2018), Wagner (2017) e Slemenson (2016). As pesquisas de Gelocha (2016), Junior (2015), Melo (2015) e Sales (2020) evidenciaram a importância da formação para a valorização dos saberes docentes, colaborando para a qualidade das práticas de ensino. Os trabalhos indicaram também lacunas quanto à proposta formativa promovida por esses programas, como o distanciamento das discussões no âmbito das formações da realidade educacional (Marinho, 2015; Leme, 2015; Pereira, 2018), favorecendo a condução de práticas de ensino performáticas (Melo, 2015; Franco, 2017). Nesse sentido, Cores (2015) aponta a necessidade de a formação ser desenvolvida no interior das escolas a partir de problemas práticos, diminuindo a distância entre a formação e o cotidiano escolar.

As **concepções** foram os temas/eixos de interesse em aproximadamente 13% dos trabalhos mapeados. Nesse grupo, estão presentes as investigações que analisaram as concepções que fundamentam as propostas pedagógicas inseridas nas salas de aula por meio de programas educacionais. Inserem-se nessa categoria os trabalhos de Antunes (2015), Costa (2017), Melo (2015), Oliveira (2016) e Santiago e Wildemberg (2017), que discutem as concepções de alfabetização e letramento. Costa (2016), Costa (2018) e Resende, por sua vez, (2015) analisam os conceitos de linguagem. Já Loose (2016) e Ramos e Padilha (2017) investigam a perspectiva de leitura, enquanto Souza (2015), a de oralidade. Ademais, o grupo é composto também por trabalhos que analisam comparativamente diferentes programas quanto aos seus pressupostos teóricos, como nos artigos de Souza et al. (2015) e Guedes e Bunzen (2015).

A análise da **implementação e gestão** dos programas educacionais foi tema/eixo abordado em 11% das investigações mapeadas. Parte significativa delas aponta o papel essencial do Estado em garantir a qualidade educacional e os direitos de aprendizagem das crianças, por meio da implantação dessas políticas públicas. Nessa direção, destacam-se as pesquisas de Assumpção (2017), Correa (2017), Cruz (2016). Outra parte das investigações evidencia a necessidade de maior diálogo entre os entes federativos responsáveis para a continuidade e efetivação da política educacional, como nas pesquisas de Nascimento (2017), Miranda (2016), Pereira (2018). Também é apontado por esse grupo de estudos que a ênfase nas avaliações e em resultados tem fragilizado o andamento dos programas, na medida em que “desqualificam os percursos individuais de aprendizagem sugerindo um ‘padrão’ único a ser observado e quantificado para fins de construção de indicadores de ‘qualidade’” (Lino, 2017, p.895), o que também foi evidenciado por Lima (2016). Para a superação dessas problemáticas, os trabalhos de Maia (2016), Luz (2017) e Martins (2016) reafirmam a necessidade de construir políticas públicas para a educação voltadas à emancipação e transformação da realidade educacional (Maia, 2016; Luz, 2017; Martins, 2016; Scolaro, 2020).

As investigações sobre o **uso de livros/recursos didáticos** compõem o quinto maior grupo, totalizando 6%. Nele, observa-se que o interesse dos pesquisadores residiu no modo como os materiais didáticos distribuídos por programas educacionais foram utilizados na sala de aula, atentando para a sua contribuição aos processos de aprendizagem. Nessa linha, apresentam-se as pesquisas de Bastos (2016), Cella (2016) e Gonçalves (2015). Nelas, foi evidenciado que o uso dos livros de literatura possibilitou a diversificação dos gêneros textuais utilizados na sala de aula, favorecendo o alcance dos diferentes objetivos de aprendizagem, tais como: apropriação do sistema de escrita alfabetica, leitura, oralidade e produção de texto. Por

outro lado, o estudo de Pinto e Albuquerque (2019) demonstra a insuficiência de determinados materiais utilizados no ensino da leitura e da escrita, como os livros do Programa Se liga, pois, “ao priorizar o trabalho no nível da sílaba, com ênfase na repetição e memorização de padrões silábicos, pouco contribui para que os alunos reflitam sobre os princípios do referido sistema [alfabético]” (Pinto; Albuquerque, 2019, p.828). Com relação a outros recursos didáticos, as dissertações de Silva (2015) e Menezes (2016) apontam a importância do uso de jogos no processo de aprendizagem e a promoção da criatividade, mas ressaltam a necessidade da realização de formações para o trabalho com jogos.

As investigações acerca da **gestão do processo alfabetizador**, por meio da atuação do coordenador, do orientador de estudos e do professor formador, corresponderam a outra parte da produção acadêmica sobre programas educacionais, totalizando 6% delas. Nesse conjunto de pesquisas, a formação desses profissionais é apontada como um elemento essencial à construção e ao desenvolvimento de ações, acompanhamento e apoio ao trabalho do docente (Machado, 2019; Perini, 2018; Rodrigues, 2015; Lins, 2018), pois, como ressalta Silva (2015, p.09), é por meio desses profissionais que a proposta dos programas chega aos espaços de formação do alfabetizador e da sala de aula. São eles que vão tomar decisões, organizar e planejar atividades de ensino da língua portuguesa junto aos alfabetizadores, em conjunto e em um trabalho coletivo e colaborativo com os alfabetizadores (Catelan; Melo, 2015).

Estudos acerca das implicações da atuação de programas de alfabetização nos processos de **aprendizagem** das crianças é tema/eixo de apenas 2% dos trabalhos. A pesquisa de Gracino (2018) debruça-se sobre a influência das políticas na aprendizagem de alunos com histórico de fracasso escolar. Já a pesquisa de Rocha (2016) analisa o impacto na proficiência dos estudantes sob a perspectiva das avaliações externas, enquanto o artigo de Silva e Cavalcante (2019) discute a prática de leitura deleite na formação de leitores. Em todas essas pesquisas, os autores reafirmam a pertinência de construir políticas públicas permanentes para melhoria das aprendizagens das crianças.

O tema/eixo **Curriculo e Reformulação Curricular** surgiu em 2% das investigações. Trata-se de trabalhos que discutem a relação dos pressupostos teóricos que fundamentam programas para a construção dos currículos escolares, como na pesquisa de Abreu (2017), que analisa a influência das concepções de alfabetização do PNAIC na elaboração dos projetos político-pedagógicos em escolas estaduais de Santa Catarina. Também integra essa categoria o trabalho de Monteiro (2016), que, por meio de uma análise documental dos cadernos de formação do PNAIC, reflete a respeito da integração das tecnologias da informação e comunicação (TIC`s) na proposta curricular do ciclo de alfabetização. Ambas as pesquisas

revelam a necessidade de aprofundamento nas discussões, de modo a propiciar avanços nos conceitos teóricos/práticos da alfabetização (Abreu, 2017) e consolidar propostas já iniciadas, criando maiores oportunidades de acesso às TIC's (Monteiro, 2016).

Também representando apenas 2% das produções analisadas, encontram-se as pesquisas que abordam o processo de **avaliação** no contexto de programas educacionais. Nessas pesquisas, destacam-se mudanças nas práticas avaliativas de professores alfabetizadores a partir da inserção de outras propostas para avaliar os estudantes, por exemplo, no contexto do PNAIC. Nessa linha, o trabalho de Silveira (2016,) salienta que as formações continuadas proporcionaram aos docentes alfabetizadores a reflexão sobre a cultura de uma avaliação tradicional, em oposição a um processo avaliativo formativo. Por isso, Lino (2015) chama a atenção para a necessidade de maiores discussões a respeito da inserção de exames na alfabetização, estimulados, principalmente, pela busca de melhores resultados nessa etapa de ensino.

As pesquisas que discutem **o lugar da literatura** no âmbito das propostas pedagógicas de programas educacionais respondem também por 2% das investigações. Os trabalhos de Jesus (2019) e Soares (2017) apontam o reconhecimento que tais políticas evidenciaram ao tratar dessa temática em suas diretrizes e orientações curriculares, visíveis tanto em suas propostas de ensino, como na distribuição de livros literários e no incentivo a práticas de leitura com as crianças. Além disso, os autores salientam a importância de maior valorização da literatura no espaço escolar, maior envolvimento e planejamento nas ações promovidas pelas secretarias de educação voltadas à leitura literária, enquanto direito à formação humana.

Os **outros** 3% que completam a totalidade das produções compreendem investigações que corresponderam aos temas/eixos abordados por apenas uma pesquisa. Desse grupo fazem parte a pesquisa de Ávila (2018), que discute a formação oferecida pelo PNAIC voltada para a educação inclusiva, e o trabalho de Miguel (2016), que discorre acerca do estado do conhecimento do Programa Ler e Escrever. Compõe esse grupo ainda a dissertação de Silva (2019), que analisa as práticas de leitura e de escrita na educação infantil desenvolvida por professores participantes do PNAIC, e a investigação de Trindade (2020), que objetiva compreender a importância da formação continuada no âmbito do PNAIC para professores da educação infantil. Apesar de analisarem programas distintos, essas investigações destacam a relevância da proposta formativa promovida por eles, pois possibilitaram um espaço de reflexão, de troca e de diálogos entre os professores, indicando elementos para repensar as próprias práticas de ensino, de modo a favorecer avanços nas aprendizagens das crianças na Educação Infantil e na etapa formal de alfabetização.

Como se podem notar, diferentes políticas educacionais voltadas à alfabetização de crianças repercutiram no espaço escolar. Entre semelhanças e diferenças que os caracterizam, como apontam Viedes e Brito (2005), cada uma delas intencionou desenvolver mudanças no quadro da alfabetização no Brasil. A análise dos trabalhos ora citados permitiu apreender os programas que reverberaram no cenário educacional, apontando importantes elementos para a reflexão acerca da implementação e atuação deles no cotidiano alfabetizador.

3 Considerações finais

O mapeamento das dissertações, teses e artigos científicos produzidos no Brasil a respeito de programas voltados à alfabetização de crianças nos permitiu o conhecimento de importantes elementos acerca da implementação e atuação dessas iniciativas governamentais, por meio de distintos ângulos de análise: o impacto nas práticas docentes e na aprendizagem das crianças; o uso de materiais didáticos; os pressupostos teóricos e metodológicos adotados nas propostas; a formação continuada promovida e o modo como tais políticas educacionais são implantadas no espaço escolar, ampliando o debate acerca dessa temática no campo da alfabetização e desvelando as suas contribuições e os seus desafios.

A implementação de programas repercutiu, conforme os estudos, de maneiras diversas no ambiente escolar. Por um lado, enquanto alguns proporcionaram mudanças significativas no processo de alfabetização, outros impactaram negativamente esse processo. Observou-se, porém, que tais implicações foram influenciadas, principalmente, pela forma como essas políticas educacionais são implementadas e, ainda, em função da proposta pedagógica desenvolvida pelos programas, como o Alfa e Beto, o PAIC e o Alfabetizar com Sucesso. Entre outros desafios, esses programas, por meio da introdução de rotinas e atividades pré-determinadas para o trabalho com a alfabetização de crianças, implicaram maiores dificuldades para o processo de alfabetização (Moraes, 2015; Filho, 2015; Lopes, 2015).

No que se referem às contribuições, as pesquisas apontaram que a implementação de programas propiciou importantes modificações nas práticas de ensino quanto ao planejamento, organização e desenvolvimento do trabalho pedagógico. Além dessas, também possibilitaram aliar a reflexão teórica às atividades desenvolvidas em sala de aula, ocasionando uma melhora significativa do processo de alfabetização e contribuindo para que muitas das dificuldades educacionais fossem minimizadas. Nesse contexto, a formação continuada foi ressaltada como um elemento determinante para propiciar essas transformações nas práticas alfabetizadoras. A proposta formativa desenvolvida, por exemplo, pelo PNAIC foi ressaltada como um espaço de

diálogo e de trocas de experiências que favoreceu a apropriação de novos conhecimentos e maior aproximação com outras perspectivas de alfabetização, bem como suas implicações para a aprendizagem das crianças. Por meio de um “diálogo com os saberes experienciais dos docentes” (Cabral, 2015, p.07), essa proposta formativa constituiu “uma política de valorização profissional” (Eleutério, 2016, p.08).

Mas, como duas faces de uma mesma moeda, a inserção de políticas educacionais no ambiente alfabetizador, por vezes, não ocorre sem contradições, uma vez que põe em evidência questões essenciais quanto ao trabalho do alfabetizador, suas experiências e seus conhecimentos. O cotidiano escolar também é um espaço vivo e dinâmico, permeado por um conjunto de regras e de rotinas próprias que se confrontam diretamente com a introdução de outras propostas pedagógicas. Dessa maneira, programas que apresentam propostas de ensino rígidas, inflexíveis e, consequentemente, com retirada da autonomia do docente em seu fazer profissional foram relacionados como sendo os principais fatores de geração de dificuldades no processo de alfabetização, levando os professores a produzirem diferenciações entre as suas práticas e as atividades dos programas.

Para Sarti (2009), essas contradições ocorrem porque há, muitas vezes, um distanciamento entre a produção das políticas educacionais e o ambiente escolar. Esses discursos costumam ser vistos pelos professores como irrelevantes – ou até frágeis – e não conseguem transmitir, a seu ver, o caráter “revolucionário” que pretendem. Acabam, com isso, produzindo efeitos contrários. Essas intervenções geram um ambiente de tensões, debates e, muitas vezes, conflitos, o que é comum em uma democracia. O verdadeiro problema surge quando as decisões são impostas de forma autoritária, sem a devida discussão Chartier (2021). Além disso, as inovações envolvem custos elevados. Em vez de melhorar de imediato o funcionamento da sala de aula e os “resultados” dos alunos, elas inicialmente modificam hábitos, desconstroem o que já existe, causam desestabilização nos professores e, portanto, num primeiro momento, não resolvem as dificuldades, podendo até agravá-las.

É o que também constatam as pesquisas. O distanciamento entre os professores alfabetizadores/o, o cotidiano escolar, de um lado, e a construção das políticas educacionais, de outro, tornam-se um complexo fator para a implementação dessas iniciativas no espaço escolar, desafiando a superação da ideia de deixar de ser apenas executores de tarefas para se tornarem protagonistas do seu próprio desenvolvimento profissional e agentes de transformação nos contextos em que atuam (Araújo, 2017). Uma realidade também constatada na pesquisa de

Assis (2016). Para esse autor, os altos investimentos em programas, metas e ações governamentais não têm possibilitado avanços reais, pois, frequentemente, ignoram o contexto educacional no qual se insere e a participação dos principais envolvidos nesse processo, como professores, pais e toda a comunidade, conduzindo-os não se considerarem parte do processo de elaboração das políticas educacionais (Gimenes, 2017). Por isso, Guisso (2017) destaca a necessidade de se repensar o processo de elaboração de programas, tendo em vista as especificidades de cada contexto educacional, o que possibilitará um maior envolvimento dos professores, gestores e secretarias de educação, promovendo resultados efetivos e qualitativos na alfabetização.

A ênfase no quantitativo em detrimento do qualitativo tem sido um fator que contribui para as dificuldades no processo de alfabetização. O foco em resultados, impulsionado pelas avaliações derivadas de políticas educacionais, pode levar a distorções nas metas originais dos programas, redirecionando a atenção para os resultados e premiações. Esse contexto impacta diretamente a prática docente, uma vez que a pressão por resultados exige dos alfabetizadores a adoção de práticas de ensino voltadas para a performance, além de fortalecer uma cultura de responsabilização do trabalho do professor. Essa cultura, por sua vez, está centrada, sobretudo, no cumprimento das demandas estatísticas relacionadas aos índices de aprendizagem em leitura e escrita de crianças em processo de alfabetização. Esse é o cenário revelado pelo conjunto de investigações que analisamos neste artigo.

Referências

- ABREU, A. R. de. **Alfabetização e currículo: ênfases nas formações de professores no pacto Nacional pela Alfabetização Na Idade Certa (PNAIC)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2017.
- ANJOS, A. M. T.; MATA, M. E. A. **Formação de professores alfabetizadores:** narrativas sobre o Programa Alfabetização na Idade Certa em municípios do Ceará. In: Congresso Brasileiro de Alfabetização. Anais do III CONBalf – Congresso Brasileiro de Alfabetização: Diálogos sobre a alfabetização. Vitória, ES: Associação Brasileira de Alfabetização, 2017. Disponível em: <http://abalf.org.br/wp-content/uploads/2016/06/III-CONBAf-ANAIS-2017-MIOLO-ALTA-RESOLU%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.
- ANTUNES, J. S. C. **Um olhar sobre o Pró-letramento.** 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

ASSIS, A. K. F. **O PNAIC e a educação básica em Jataí-GO:** o que revelam os documentos. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2016.

ASSUMPÇÃO, E. A. C. **Pnaic é Pnaic, escola é escola?** Apontamentos de um estudo sobre o Ciclo de Alfabetização no contexto do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. In: Congresso Brasileiro de Alfabetização. Anais do III CONBalf – Congresso Brasileiro de Alfabetização, Belo Horizonte: FaE/ UFMG: Associação Brasileira de Alfabetização, 2017. Disponível em: https://28473cf1-9f63-40b0-b146-f3b3c65a8b23.filesusr.com/ugd/64d1da_f0248f9c6953497387ebd9edad75139.pdf. Acesso em: 13 mar. 2020.

ÁVILA, C. C. **Contribuições do Pacto Nacional pela Alfabetização da Idade Certa na formação de professores para atuar na perspectiva inclusiva.** 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

BARBOSA, J. K. **Mudanças na prática docente de alfabetizadores no contexto do PNAIC.** 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

BASTOS, R. P. S. **Práticas de alfabetizadoras em formação pelo PNAIC:** estudo do uso dos acervos de leitura. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2016.

BOSCOLO, E. A. B. **O pacto nacional pela alfabetização na idade certa: resultados da experiência realizada em campinas.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2016.

CABRAL, G. R. **Pensando a inserção de políticas de formação continuada de professores em um município de pequeno porte:** o que dizem os sujeitos dessa formação? 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CATELAN, S. S.; MELO., Â. R. C. **A formação continuada ofertada pelo pacto nacional pela alfabetização na idade certa no estado de Mato Grosso.** In: 37º Reunião Nacional da ANPEd, Florianópolis, SC: Anped - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Anais.... 2015. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt10-3694.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2020.

CELLA, S. M. **Letramentos em diálogo com o acervo do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa:** uma ampliação da experiência com linguagem. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2016.

CORES, L. N. S. **Sobre docências (in) conformadas e o Programa Bolsa Alfabetização:** neoliberalismo, constituição do habitus profissional e astúcias do fraco em uma experiência de formação inicial de professores. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CORRÊA, D. R. **Formação de professores na Amazônia Bragantina:** um estudo sobre o PNAIC e a prática pedagógica em classes multisseriadas. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

CORREA, R. A. **O Pnaic no contexto das políticas públicas educacionais.** In: Congresso Brasileiro de Alfabetização. Anais do III CONBalf – Congresso Brasileiro de Alfabetização, Belo Horizonte: FaE/ UFMG: Associação Brasileira de Alfabetização, 2017. Disponível em: https://28473cf1-9f63-40b0-b146-f3b3c65a8b23.filesusr.com/ugd/64d1da_f0248f9c6953497387ebd9edad75139.pdf. Acesso em: 13 mar. 2020.

COSTA, C. C. **As concepções de linguagem:** um olhar sobre os materiais do Programa Bolsa Alfabetização. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016.

COSTA, K. W. C. **Cadernos de formação do PNAIC em Língua Portuguesa:** concepções de alfabetização e letramento. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

CRUZ, M. M. P. **Formação continuada de professores alfabetizadores:** análise do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

ELEUTÉRIO, P. F. S. **O planejamento da prática pedagógica do professor alfabetizador:** marcas da formação continuada (PNAIC). 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

FERRARINI, A. R. K.; MARTINS, R. M. Sobre a formação continuada de professores alfabetizadores no Mato Grosso: contribuições do PNAIC. In: Congresso Brasileiro de Alfabetização. **Anais do III CONBalf** – Congresso Brasileiro de Alfabetização: Diálogos sobre a alfabetização. Vitória, ES: Associação Brasileira de Alfabetização, 2017. Disponível em: <http://abalf.org.br/wp-content/uploads/2016/06/III-CONBAlf-ANAIS-2017-MIOLO-ALTA-RESOLU%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

FERREIRA, F. C. **Atuação de políticas educacionais sobre o trabalho docente:** estudo do PNAIC no contexto de Santa Maria (RS) entre 2012 a 2016. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

FILHO, A. A. S. Parceria público/privada em educação: análise do projeto Alfabetizar com Sucesso/Programa Circuito Campeão no Município de Surubim/PE. In: Congresso Brasileiro de Alfabetização. **Anais do II CONBalf** – Congresso Brasileiro de Alfabetização: Políticas Públicas de Alfabetização, Recife, PE: Associação Brasileira de Alfabetização, 2015. Disponível em: <http://abalf.org.br>. Acesso em: 13 mar. 2020.

FRANCO, M. V. A. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa:** os discursos dos professores sobre a efetividade da formação continuada na prática pedagógica. 2017.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

GELOCHA, E. A. N. Ações e impactos da formação continuada do PNAIC no município de Caxias do Sul – RS: um estudo de caso. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

GIARDINI, B. L. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC): caminhos percorridos pelo Programa e opiniões de professores alfabetizadores sobre a formação docente. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

GIMENES, T. A. O programa ler e escrever na perspectiva dos professores da rede estadual de ensino de São Paulo. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2017.

GONÇALVES, S. F. S. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: o contributo da literatura infantil na prática docente. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Centro Universitário La Salle, Canoas, 2015.

GRACINO, M. C. S. Sentidos de escolarização para crianças com histórico de fracasso escolar: análise a partir do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2018.

GUEDES, R. S.; BUNZEN, C. Sentidos da palavra “sistematização” nos materiais do Pró-letramento e do PNAIC. In: Congresso Brasileiro de Alfabetização. **Anais do II CONBalf – Congresso Brasileiro de Alfabetização: Políticas Públicas de Alfabetização, Recife, PE: Associação Brasileira de Alfabetização, 2015.** Disponível em: <http://abalf.org.br>. Acesso em: 13 mar. 2020.

GUIMARÃES, M. C. M. Estado do conhecimento da alfabetização no Brasil (1944 – 2009). 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

GUIMARÃES, R. T. O ensino da Geografia nos três primeiros anos do ensino fundamental: análise dos Programas Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e do “Ler e escrever”. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2017.

GUISSO, T. G. P. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as suas implicações na prática pedagógica dos professores alfabetizadores. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2017.

JESUS, S. A. A literatura no âmbito do pacto nacional pela alfabetização na idade certa (PNAIC). 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

JUNIOR, E. M. **Por trás do currículo oficial, que Geometria acontece?** Um estudo sobre os saberes anunciados nas narrativas de professores dos anos iniciais do ensino fundamental. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de São Carlos, Sorocaba, 2015.

KORN, E. **O pacto nacional pela alfabetização na idade certa (PNAIC) e sua contribuição aos professores alfabetizadores sobre o sistema de escrita alfabética (SEA).** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2016.

LEME, J. C. S. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa:** possibilidades e percepções no contexto da formação docente. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

LIMA, F. R. **Política e gestão do processo alfabetizador na relação PAR/PNAIC em Dourados, MS: qual qualidade?** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.

LINO, C. S. **O Ciclo de Alfabetização no contexto do Pnaic:** alguns desafios observados. In: Congresso Brasileiro de Alfabetização. Anais do III CONBalf – Congresso Brasileiro de Alfabetização, Belo Horizonte: FaE/ UFMG: Associação Brasileira de Alfabetização, 2017. Disponível em: <http://abalf.org.br>. Acesso em: 13 mar. 2020.

LINS, C. P. D. **A Função do coordenador pedagógico na implementação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa em escolas da rede municipal de Dourados/MS (2012-2017).** 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

LOOSE, C. **Apropriações de concepções de leitura do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

LOPES, G. N. **Programa de Alfabetização na Idade Certa:** Reflexões teórico-metodológicas sobre a proposta de alfabetização e as interferências na prática docente. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, 2015.

LUCCA, T. A. F. **A contribuição da formação do PNAIC para a prática de professores alfabetizadores no Município de Rio Claro – SP.** 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2018.

LUZ, K. Z. W. **Do direito à educação ao direito à aprendizagem no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.** 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

MACHADO, L. C. O. **O professor formador no PNAIC:** Formação, experiência e atuação. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

MACIEL, F. I. P. Alfabetização no Brasil: pesquisas, dados e análise. In: MORTATTI, M. R. L.; FRADE, I. C. A. S. (Org.) **Alfabetização e seus sentidos:** o que sabemos, fazemos e queremos? São Paulo: Unesp, 2014. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/alfabetizacao_ebook.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

MAIA, M. I. M. **O PAIC como política de responsabilização e gestão por resultados:** a experiência de Limoeiro do Norte – CE na voz de seus protagonistas. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, 2016.

MARINHO, T. C. S. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa:** na trilha dos sentidos ressoantes. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

MARTINS, M. A. R. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC):** a educação como legitimação e dominação social. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

MELO, E. P. C. B. N. **PNAIC:** uma análise crítica das concepções de alfabetização presentes nos cadernos de formação docente. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2015.

MENARBINI, A.; GOMES, M. T. **O direito das crianças à alfabetização:** um desafio na educação brasileira. Revista de Estudos Aplicados em Educação: São Caetano do Sul, v. 4, n. 7, jan./jun. 2019. Disponível: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/view/5616. Acesso em: 10 jan. 2020. DOI: <https://doi.org/10.13037/rea-e.vol4n7.5616>.

MENEZES, E. N. **O uso dos jogos didáticos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa em turmas de 1º e 2º anos do ensino fundamental da rede pública municipal de Fortaleza.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

MEYER, K. **Os gêneros textuais na alfabetização:** uma análise da proposta apresentada no material “Ler e escrever” da Secretaria Estadual de Educação do estado de São Paulo. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2016.

MICOSSI, M. M. **Formação continuada:** vivências de professoras alfabetizadoras. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de estudos Pós-Graduados em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

MIGUEL, Y. M. **Ler e escrever:** uma revisão integrativa de trabalhos acadêmicos sobre o Programa da SEE/SP. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

MIRANDA, J. S. **Alfabetização de crianças na Bahia:** o Programa Pacto pela Educação. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

MONTEIRO, N. A. **Integração de tecnologias ao currículo do ciclo de alfabetização:** análise de políticas públicas educacionais. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

MONTEZUMA, L. F. **Entre fios e teias de formação:** narrativas de professores que trabalham com matemática nos anos iniciais – constituição da docência e os desafios da profissão na educação pública estadual paulista frente aos programas de governo no período de 2012 a 2015. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

MORAES, D. A. **Construção de práticas de alfabetização no contexto dos Programas Alfa e Beto e PNAIC.** 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

MORTATTI, M. R. L. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Revista Brasileira de Educação:** Marília, v. 15, n. 44, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a09.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622013000100002>

MORTATTI, M. R. L. Produção acadêmica brasileira sobre alfabetização: avaliação da qualidade e impacto científico e social. In: MORTATTI, Maria do Rosário Longo; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. **Alfabetização e seus sentidos:** o que sabemos, fazemos e queremos? São Paulo: Unesp, 2014. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/alfabetizacao_ebook.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

MORTATTI, M. R. L. Um balanço crítico da “década da alfabetização no Brasil. **Caderno Cedes,** Campinas, v. 33, n. 89, p. 15-34, jan.-abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v33n89/a02v33n89.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622013000100002>.

MORTATTI, M. R. L.; OLIVEIRA; F. R.; PASQUIM; F. R. 50 anos de produção acadêmica brasileira sobre alfabetização: avanços, contradições e desafios. **Interfaces da Educação,** v. 5, n. 13, p. 06-31, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/114967>. Acesso em: 10 mar. 2020.

NASCIMENTO, J. S. **Pacto Nacional pela Alfabetização Na Idade Certa:** qual é o pacto de Recife?. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

PEREIRA, J. J. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa:** repercussão de uma política de formação docente. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2018.

PEREIRA, R. S. **O governo da infância:** práticas de alfabetização no estado da Bahia. 2015. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2015.

PEREIRA, S. Implantação do PNAIC nos municípios de Santo André e São Bernardo do Campo à luz do ciclo de políticas: questões de gestão pedagógica. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2018.

PERINI, R. L. S. O coordenador pedagógico e a formação de professores alfabetizadores no município de São Paulo. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

PINTO, M. F. G.; ALBUQUERQUE, E. B. C. Programa de Correção de Fluxo Se Liga: proposta de alfabetização presente no livro didático. In: Congresso Brasileiro de Alfabetização. **Anais do IV CONBalf** – Congresso Brasileiro de Alfabetização, Belo Horizonte: FaE/ UFMG: Associação Brasileira de Alfabetização, 2019. Disponível em: <http://abalf.org.br/wp-content/uploads/2020/01/IV-CONBAf-Anais-VOLUME-2-COMPLETO-compactado.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2020.

RAMALHO, B. L.; MADEIRA, V. P. C. A pós-graduação em educação no Norte e Nordeste: desafios, avanços e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**. (online). N. 30, p. 70-81, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n30/a06n30.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782005000300006>

RAMOS, P. M. G.; PADILHA, A. M. L. A concepção de linguagem do Pnaic: um estudo a partir da Psicologia Histórico-Cultural. In: Congresso Brasileiro de Alfabetização. **Anais do III CONBalf** – Congresso Brasileiro de Alfabetização, Belo Horizonte: FaE/ UFMG: Associação Brasileira de Alfabetização, 2017. Disponível em: https://28473cf1-9f63-40b0-b146-f3b3c65a8b23.filesusr.com/ugd/64d1da_f0248f9c6953497387ebd9edad75139.pdf. Acesso em: 13 mar. 2020.

RIBEIRO, A. R. P. S. **Alfabetização:** o estado da arte em periódicos científicos (1987 – 2008). 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

ROCHA, D. C. C. **Avaliação de Impacto de uma política pública em educação:** análise do Programa de Intervenção Pedagógica/Alfabetização no Tempo Certo no período de 2008/2012. 2016. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

RODRIGUES, S. S. **Formação em rede do PNAIC:** concepções e práticas dos formadores e orientadores de estudos. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte”. **Diálogos Educacionais**, v. 6, n. 6, p. 37-50, 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/24176>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SALES, C. T. **PNAIC Amazonas:** a emergência de novas mediações para o acompanhamento pedagógico da formação continuada de professores alfabetizadores. 2020. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.

SANTIAGO, G. A.; WILDEMBERG, M. P. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa no cenário da educação brasileira. In: Congresso Brasileiro de Alfabetização. **Anais do III CONBalf** – Congresso Brasileiro de Alfabetização: Diálogos sobre a alfabetização. Vitória, ES: Associação Brasileira de Alfabetização, 2017. Disponível em: <http://abalf.org.br/wp-content/uploads/2016/06/III-CONBAf-ANAIS-2017-MIOLO-ALTA-RESOLU%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SANTOS, A. L. M. G.; SANTOS, A. R. R. Desenvolvimento profissional e protagonismo docente: práticas de formação no Pnaic 2016. In: Congresso Brasileiro de Alfabetização. **Anais do III CONBalf** – Congresso Brasileiro de Alfabetização, Belo Horizonte: FaE/ UFMG: Associação Brasileira de Alfabetização, 2017. Disponível em: https://28473cf1-9f63-40b0-b146-f3b3c65a8b23.filesusr.com/ugd/64d1da_f0248f9c6953497387ebd9edade75139.pdf. Acesso em: 13 mar. 2020.

SILVA, J. B. **Programas de formação continuada de professores da rede pública municipal de ensino de Limeira (1996-2012)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

SILVA, L. D. S. **A tensão entre as perspectivas sobre a retenção escolar e a instituição da progressão continuada no contexto de prática do PNAIC**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

SILVA, S. S.; CAVALCANTE, M. A. S. Deleite de leitores em formação: contributos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. In: Congresso Brasileiro de Alfabetização. **Anais do IV CONBalf** – Congresso Brasileiro de Alfabetização, Belo Horizonte: FaE/ UFMG: Associação Brasileira de Alfabetização, 2019. Disponível em: <http://abalf.org.br/wp-content/uploads/2020/01/IV-CONBAf-Anais-VOLUME-2-COMPLETO-compactado.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SILVEIRA, P. B. “**Me ensina o que você vê?**”: Avaliação da Aprendizagem no contexto do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SLEMENSON, M. M. **O Projeto Trilhas**: novos olhares e recomendações para a proposta formativa on-line. 2016. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

SOARES, G. G. **As tessituras do fazer docente no Programa Alfa e Beto**. In: XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO). Anais.... 2020. Disponível em: http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/24/7897-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

SOARES, M. **Alfabetização**: o saber, o fazer, o querer. In: MORTATTI, Maria do Rosário Longo; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. (Org.). Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? São Paulo: Unesp, 2014. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/alfabetizacao_ebook.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

SOARES, M. **Alfaletrar:** toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.

SOARES, M.; MACIEL, F. **Alfabetização.** Brasília: MEC/ Inep/ Comped. Série Estado do Conhecimento, 2000.

SOARES, P. C. **Leitura literária no ciclo de alfabetizador:** repercussões das políticas educacionais no chão da escola pública municipal de Araçatuba/SP. 2017. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

SOUZA, E. M. **O PNAIC e as práticas de alfabetização:** influxos das ações de formação continuada no aprimoramento profissional de professores alfabetizadores. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2019.

SOUZA, S. N.; NOGUEIRA, E. G. D.; MELIM, A. P. G. Um cenário, duas técnicas: análise dos pressupostos teóricos dos Programas Alfa e Beto e PNAIC. In: **37º Reunião Nacional da ANPEd**, Florianópolis, SC: Anped - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Anais...2015. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt10-3694.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SOUZA, S. N.; ROCHA, C. R. C. Concepções de alfabetização e formação nos Programas Nacionais de formação de alfabetizadores no Brasil. In: **39º Reunião Nacional da ANPEd**, Niterói, RJ: Anped - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Anais....2019. Disponível em: http://39.reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/sites/3/trabalhos/5120-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 13 mar. 2020.

SOUZA, I. V. **Políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil:** Acervos para os anos iniciais do ensino fundamental. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

TREVELIN, F. G. O. **Análises dos conteúdos de língua portuguesa do “programa ler e escrever” em uma escola municipal de ensino fundamental.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016.

TRINDADE, A. P. F. **Concepções de professores em relação ao PNAIC:** a formação continuada e a qualidade educacional na educação infantil. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2020.

VIEDES, S. C. A.; BRITO, V. M. **A política educacional de alfabetização da criança consubstanciada pelos programas, projetos e pactos:** o novo ou tudo de novo? Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 63, p. 147-171, jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8641176>. Acesso em: 10 jan. 2020. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v15i63.8641176>

VIEIRA, Luciene Cerdas; GUARNIERI, Maria Regina. **O estudo das práticas de professores alfabetizadores no ensino da leitura e da escrita (1980 a 2005): “O mudar é muito difícil”.** Leitura: Teoria & Prática, Campinas, v. 55, p. 19-27, 2010. Disponível em: <https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/view/68/65>. Acesso em: 10 jan. 2019.

WAGNER, Cleonilde Fátima. **O PNAIC e a formação continuada da professora alfabetizadora da rede municipal de ensino de Medianeira.** 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2017.

Artigo recebido em: 30/05/24 | Artigo aprovado em: 04/12/24 | Artigo publicado em: 09/12/24